

REDESENHANDO IDEOLOGIAS: CULTURA E POLÍTICA EM TEMPOS DE GOLPE

Redesigning ideologies: culture and politics at the time of a coup

Rodrigo Czajka*

RESUMO

O golpe militar de abril de 1964 determinou-se como um marco decisivo na história política e cultural da sociedade brasileira. A proposição tem sido aceita não somente pela forma como ficou conhecida a estrutura do Estado após o advento das forças militares na cena política, mas pela intensa atividade cultural e artística por parte de intelectuais e artistas na década de 1960. Em geral, essa condição procura incutir uma certa unidade referencial nos movimentos artístico-culturais, que tinham como espelho a conduta política do Partido Comunista Brasileiro (PCB) – partido proeminente no período em questão. Embora o PCB tivesse adesão de inúmeros artistas e intelectuais, que procuravam firmar oposição ao regime e à política exercida pelos militares. Havia, por outro lado, um contingente de professores, escritores, jornalistas, poetas, diretores, atores e atrizes, entre outros, que faziam resistência sem efetivamente vincularem-se ao PCB. O chamado “pecebismo” era um elemento presente entre esse grupos, mas nunca respondeu necessariamente pela unidade (como numa “frente única”) ou articulação dos mesmos. Assim pode ser caracterizada, por exemplo, a ação do Comando dos Trabalhadores Intelectuais e da Revista Civilização Brasileira entre 1963-1968, nos quais constata-se a formação de um campo heterogêneo com disputas de projetos e debate de idéias que favoreceram a formação de uma esfera cultural crítica e abrangente.

Palavras-chave: intelectuais, cultura e política, sociedade brasileira, golpe militar.

* Mestrando em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e bolsista do CNPq.

ABSTRACT

The military blow of April of 1964 was determined as a decisive landmark in the political and cultural history of the Brazilian society. The proposal has been accepted not only for the form as the advent of the military forces in the scene was known the structures of the State after politics, but for the intense cultural and artistic activity on the part of intellectuals and artists in the decade of 1960. In general, this condition looks for to infuse a certain referencial unit in the artistic-cultural movements, that had as mirror the political behavior of Partido Comunista Brasileiro (PCB) – broken prominent in the period in question. Although the PCB had adhesion of innumerable artists and intellectuals, who worked to firm opposition to the regimen and the politics exerted for the military. There was, on the other hand, a contingent of professors, writers, journalists, poets, directors, actors and actresses, among others, that made resistance without associating the PCB effectively to it. The called “pecebismo” was a present element among these groups, but it never answered necessarily for the union (as in a “frente única”) or joint of the same ones. Thus it can be characterized, for example, the action of the Comando dos Trabalhadores Intelectuais and the Revista Civilização Brasileira between 1963-1968, in which the formation of a heterogeneous field with disputes of projects is established, with debate of ideas that had favored the formation of a critical and including cultural sphere.

Key-words: Intellectuals, culture and politics, brazilian society, military blow.

A invenção da cultura

Em relação ao Brasil, não há quem mencione a década de 1960 sem levar em consideração dois aspectos elementares do seu processo de transformação social: o regime militar e a efervescência cultural. Duas questões essenciais a muitas pesquisas, monografias, ensaios e debates até hoje produzidos que, de quando em quando, propõe-nos uma revisitação ao período. E dessa intervenção sempre resultam novas interpretações e polêmicas, mesmo porque as mudanças operadas naquela década continuam a fomentar inúmeros debates sobre o processo de constituição da literatura, da música, do teatro, do cinema mais recentes. Constata-se a importância de reavaliar todo aquele processo de transformações não somente pelos aspectos da militarização

repressiva, mas a partir da complexidade das formações culturais e institucionais¹ resultantes do próprio contexto de reorganização social. Até porque as intervenções do governo militar sobre o espaço de atuação e representação das atividades artísticas e culturais são também passíveis de ponderações e de uma análise mais detida para se estabelecer os limites e a legitimidade dessa interferência. Tarefa esta cada vez mais comum devido aos registros documentais do Estado e dos arquivos militares, como os da Delegacia de Ordem Política e Social (Dops), que, aos poucos, vão se tornando públicos, possibilitando novas abordagens por parte de historiadores e sociólogos – os quais levantam, por meio de suas pesquisas, novos problemas e novas informações acerca do período.²

O regime militar instaurado em 1.º de abril de 1964 com um golpe de Estado impôs, gradativamente às instituições civis, inúmeras restrições políticas, acarretando aos poucos o cerceamento das liberdades individuais através da edição de atos institucionais e a desorganização dos espaços sociais de representação e comunicação.³ Mas o fato é que antes de declarada a vacância do cargo presidencial deixado por João Goulart e a repentina posse do presidente da Câmara dos Deputados em 2 de abril, outras tantas questões foram decisivas na formação do quadro golpista. Pois, se em 25 de agosto de 1961 a tragédia se constituía com a renúncia de Jânio Quadros e a ausência de João Goulart (então vice-presidente de Jânio) numa viagem à China comunista, a farsa se confirmava, então, no 1.º de abril de 1964. Não constituindo mera repetição histórica, esse calendário de 32 meses marca um período singular de transformação na política brasileira, dada as contradições sociais dos processos constitutivos da formação social capitalista e seus regimes políticos, considerando que nesse momento ocorre uma polarização política e ideológica com dimensões ainda sem precedentes na história da política e da cultura no Brasil.⁴

A partir da Campanha pela Legalidade, que reivindicava a constitucionalidade da posse do vice-presidente de Jânio Quadros, ocorre a

1 WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 57-86.

2 Pode-se citar dois trabalhos representativos e atuais que tomam por base fontes primárias produzidas pelo governo militar por meio de seus serviços de informação: FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar – espionagem e política*. Rio de Janeiro: Record, 2001; AQUINO, Maria Aparecida de; MATTOS, Marco Aurélio; SWENSSON JR., Walter Cruz (Orgs.). *No coração das trevas: o DEOPS/SP visto por dentro*. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2001.

3 No período de 1964-1968, por exemplo, a intervenção político-jurídica dos militares se dá, sobretudo, por meio da promulgação de cinco Atos Institucionais (AI): AI-1, de 29 de abril de 1964, AI-2, de 17 de outubro de 1965, AI-3, de 5 de fevereiro de 1966, AI-4, de 7 de dezembro de 1966, além da própria Constituição de 1967 e o AI-5, de 13 de dezembro de 1968. Sem mencionar os Decretos e os Atos Complementares.

4 TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1997. p. 9-10.

intensificação das polêmicas e das discussões sobre os rumos políticos e ideológicos do governo Goulart (setembro de 1961 a março de 1964). De certa forma, isso favoreceu a organização e o fortalecimento das esquerdas não vinculadas institucionalmente ao Estado. Se antes a política ficava restrita aos espaços de sua institucionalidade ou relacionada única e exclusivamente às questões da legitimidade jurídica, durante os “tempos de Goulart” constata-se uma profunda transformação desse aspecto: a luta política e ideológica alcançam seus mais significativos desdobramentos a partir do momento em que envolveram outros setores da sociedade brasileira, como os trabalhadores urbanos e rurais, uma fração do contingente militar, estudantes e intelectuais.⁵ Desde os primeiros momentos de batalha contra o parlamentarismo (entre setembro de 1961 a janeiro de 1963), passando pela articulação do Plano Trienal (entre fevereiro e dezembro de 1963) até a agitação política pelas reformas de base (em março de 1964), a participação de vários setores da sociedade na política fomentada pelo Estado se fez de forma sempre constante. Sindicatos representados pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), entidades estudantis como a União Nacional dos Estudantes (UNE), entre outras organizações já reconhecidas pela sua participação no processo político do país, como o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), assim como o Comando dos Trabalhadores Intelectuais (CTI), estiveram envolvidos no processo de consolidação dos projetos políticos do governo Goulart.

Tal forma de organização política e a disposição de suas reivindicações no interior do projeto das Reformas de Base (reformas agrária, bancária, administrativa, fiscal, eleitoral, urbana, estudantil, trabalhista, entre outras), levou um sem número de organizações, entidades e indivíduos a se aproximarem dos movimentos de esquerda, em especial do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que se encontrava na ilegalidade desde 1947. A chamada esquerdização do governo e das instituições intermediárias situadas entre as instâncias jurídicas do Estado e a sociedade em geral, de certa forma, se deu como uma resposta bastante eficaz ao modo como a política e a economia eram conduzidas pelo setor produtivo. Esse processo favoreceu a formação de um grande contingente esquerdista que, em torno do Estado, parecia capaz de sublevar as relações econômicas de dependência externa. Em geral, as interpretações sobre os eventos determinantes deste período mostram que “o governo populista de Goulart, apesar da vasta mobilização esquerdizante a que procedera, temia a luta de classes e recuou diante da possível guerra civil”.⁶ Mais

5 Ibid., p. 72.

6 SCHWARZ, Roberto. TOLEDO, op. cit., Cultura e política, 1964-1969. In: *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 61.

que isso, vale dizer também que as articulações entre as entidades dispersas naquele grande contingente – na forma de “frentes de mobilização” –, apenas confirmavam o grande mosaico ideológico incapaz de formar uma força ou uma unidade efetivamente política e de decisão prática. Pois, nota-se que “o campo da esquerda, na entrada da década de sessenta, reunia forças heterogêneas, um leque que ia do nacionalismo pequeno-burguês (...) ao eclético anticapitalismo”.⁷

E foi, em parte, à forma pela qual se articularam tais forças e o modo como se deu seu processo de intervenção na estrutura política do Estado que propiciou a concretização do golpe militar de abril de 1964;⁸ aliada, por sua vez, à aproximação cada vez maior de Goulart com o PCB e a intensificação do plano das Reformas de Base. Nesse sentido, o famoso comício de 13 de março de 1964 foi apenas mais um dos motivos a pressionar tanto os militares da alta hierarquia como a sociedade – principalmente aquela que se via representada na Marcha da Família com Deus e pela Propriedade em 19 de março, na cidade de São Paulo – pelas medidas militares de intervenção. Sem ainda mencionar a “revolta dos marinheiros” no Sindicato dos Metalúrgicos em 26 de março e o pronunciamento de Goulart no Automóvel Clube, por ocasião do aniversário da Associação dos Suboficiais e Sargentos da Polícia Militar da Guanabara.

Este processo intenso de transformações, de reorganização das estruturas políticas e ideológicas e, principalmente, o condicionamento do Estado a esse processo, propiciou o surgimento de novos atores na cena política e cultural do país. Pois na medida que a politização da sociedade se fazia no sentido de reafirmar um caráter nacional (antiimperialista) dessa participação, ela também se declarava “autenticamente” popular – buscando no conceito de cultura a sua justificação.⁹ Essa justificação por meio de noções como “nacional”, “popular”, “autenticidade”, entre outras, se deu não somente em função do

7 PAULO NETTO, José. Em busca da contemporaneidade perdida: a esquerda brasileira pós-64. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500 - 2000) - a grande transação*. São Paulo: Senac, 2000. p. 222.

8 “Uma frase usada na época por Luís Carlos Prestes, num programa de televisão, traduz este fato: *não estamos no governo, estamos no poder*”. In: CARONE, Edgard. *O PCB: 1964 a 1982*. São Paulo: Difel, 1982. p. 3.

9 A exemplo da *Revista Brasiliense*, editada entre os anos de 1955 e 1964, trouxe em vários de seus 51 números, o debate sobre o nacional e o popular na cultura brasileira. Sob a direção de Caio Prado Júnior e Elias Chaves Neto, sempre mantiveram-na “ideologicamente à esquerda, procurando entender em profundidade a estratégia do nacionalismo de esquerda de colaboração de classes, entre o proletariado e a burguesia nacional. Nesse sentido, a cultura estrangeira era um fator de alienação da realidade nacional. A intenção era promover a aproximação dos agentes históricos com a cultura nacional. Logo, se construiu uma bipolaridade entre o nacionalismo *versus* o cosmopolitismo.”. In: AQUINO, Ítalo. *A Revista Brasiliense e a estratégia nacionalista*. São Paulo, 1996. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. p. 98.

arranjo das ideologias em torno do aparelho estatal, mas sobretudo pela reformulação das ciências sociais no Brasil no final dos anos 50 e da sua participação na formulação de um projeto nacional.¹⁰

Este conjunto de problemas abriram novas possibilidades de intervenção por parte de intelectuais e artistas. A necessidade de compreender, discutir e reformular a nova conjuntura nacional que emergia durante os primeiros anos da década de 1960 – período de transformações sociais, políticas, econômicas e culturais também operadas num plano internacional – revela-se no sintomático processo de transformação ocorrido no interior dos grupos de esquerda, assim como em seus respectivos projetos de formação de uma consciência nacional e de construção de uma identidade nacional e popular. E a proposição de um novo vocabulário por partes destes artistas e intelectuais revela a necessidade de estabelecer essa identidade conforme seus aspectos sociológicos e filosóficos e não mais a partir do pressuposto do inatismo das raças. Segundo Renato Ortiz, estes intelectuais, ao constituírem uma teoria do Brasil, retomam a temática da cultura brasileira por meio de uma posição epistemológica, substituindo, aos poucos, expressões como “aculturação” por “transplantação cultural” ou “cultura alienada”.¹¹ Essa resignificação da cultura ou a invenção deste conceito revela o modo pelo qual diversas instituições político-culturais estiveram compromissadas com o projeto de desenvolvimento operado naqueles anos.

Dentre as entidades mais representativas pode-se citar duas: o Iseb e a UNE (em especial o seu núcleo de produção cultural, o Centro Popular de Cultura – CPC). A história dessas duas instituições e a influência das mesmas sobre a vida política e cultural brasileira já foi detalhadamente investigada em inúmeras pesquisas.¹² O que interessa aqui dizer é que tanto com o Iseb quanto

10 Ver: MICELI, Sérgio (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice; Idesp, 1989. v. 2.

11 ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 45.

12 Sobre o ISEB ver: TOLEDO, C. N. *ISEB: fábrica de ideologias*. São Paulo: Ática, 1982; FRANCO, Maria S. C. O tempo das ilusões. In: CHAUI, Marilena (Org.). *Ideologia e mobilização popular*. São Paulo: Cedec/Paz e Terra, 1985; MOTA, C. G. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Ática, 1985; PÉCAUT, D. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990; WEFORT, F. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978; OLIVEIRA, L. L. *A sociologia de Guerreiro*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995; PEREIRA, Alexandre Eugênio. *O ISEB na perspectiva de seu tempo: intelectuais, política e cultura no Brasil – 1952-1964*. São Paulo, 2002. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. Sobre a UNE ver: BARCELLOS, Jalusa (Org.). *CPC da UNE: uma história de paixão e consciência*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994; BERLINCK, Manoel T. O Centro Popular de Cultura da UNE. Campinas: Papyrus, 1984; CHAUI, Marilena. *Seminários*. São Paulo: Brasiliense, 1983; FÁVERO, Osmar (Org.). *Cultura popular e educação popular: memória dos anos 60*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983; HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Impressões de viagem: CPC, vanguarda e desbunde – 1960/70*. 3. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1992; ORTIZ, Renato. *Da cultura desalienada à cultura popular: o CPC da UNE*. In: *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 68-78.

com o CPC da UNE, ocorrem profundas mudanças quanto às expectativas geradas pelo governo de Goulart, permitindo uma politização cada vez mais intensa destas duas entidades, sobretudo com o Iseb que, em sua chamada fase nacionalista, abandona as teses fundantes do projeto desenvolvimentista formuladas no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) para tornar-se um pólo de discussão sobre os rumos do nacionalismo de esquerda e desembocar naquilo que Nelson Werneck Sodré chamou de esquerdismo isebiano.¹³

Quanto ao CPC da UNE, sua estreita relação com as esquerdas ficava evidente na produção intelectual e artística de seus integrantes, muitos deles oriundos do próprio Iseb. Segundo o poeta Ferreira Gullar (na época, integrado às atividades do CPC),

havia um grupo que era ligado anteriormente ao Iseb, à Editora Civilização Brasileira, e um segundo grupo formado no próprio CPC, que era um grupo mais jovem. Do primeiro grupo, por exemplo, surgiram os colaboradores dos Cadernos do Povo Brasileiro (1962), os organizadores do Comando dos Trabalhadores Intelectuais (1963) e o Conselho da Revista Civilização Brasileira (1965) e, do segundo grupo saiu o Teatro Opinião (1964). Percebe-se que o Iseb influenciava muito setores da produção cultural e intelectual antes do golpe militar de 1964. O pessoal do CPC da UNE tinha ainda Carlos Estevão Martins, que era ligado ao Iseb (...). Nesse sentido, o ISEB trazia um certo suporte, uma visão crítica da sociedade burguesa brasileira, a luta antiimperialista, e colocava uma série de questões que até aí essa intelectualidade jovem não tinha conhecimento, e bebeu isso no Iseb.¹⁴

Afora todo esse processo de reorganização das instituições vinculadas aos debates sobre a questão da identidade e da cultura no contexto do nacionalismo de esquerda, encontra-se o PCB que, apesar de orientar ideologicamente estes debates com uma certa capacidade decisória,¹⁵ naquele momento vinha se reestruturando politicamente em função das determinações

13 SODRÉ, Nelson Werneck. História do ISEB: crise In: _____. *Temas de Ciências Humanas*. São Paulo: Grijalbo, 1977. v. 2.

14 Apud VIEIRA, Luiz Renato. *Consagrados e malditos: os intelectuais e a editora Civilização Brasileira*. Brasília, 1996. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Ciências Humanas. Universidade de Brasília. p. 83. v. 2.

15 GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987. p. 46.

do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (1956), da Declaração de Março corroborada por Krushev (1958), do V Congresso do PCB (1960) e da fundação do PC do B (1962), constituindo uma dissidência no próprio PCB. Aliás, tais mudanças na forma política, nas concepções e métodos com o desencadeamento do processo renovador, expressas nos documento de 1958/1960, a *nova política*, com suas inovações e limites,

vão permitir ao PCB uma inserção crescente e contínua na vida sócio-política brasileira até 1964 (...) e isso implicou em que o PCB passasse a ter responsabilidades e papel destacado e marcante nos principais episódios e acontecimentos do período em questão.¹⁶

Entretanto, o golpe militar de 1964 pôs termo à maioria das instituições envolvidas com o processo de politização da sociedade. Se por um lado, a política era o centro para o qual se voltavam as atenções de toda sociedade, essa mesma politização, contudo, não foi capaz de articular o heterogêneo contingente militante em torno de uma razoável unidade política. Exercia-se, pois, a política, mas a partir de um imaginário político sem um poder de interferência nas estruturas reacionárias do Estado. Após março de 1964 um novo quadro de problemas se coloca para aqueles que até então estavam dispostos a construir um projeto de nação e de identidade nacional. As discussões derivadas do contexto golpista determinaram novas posições políticas em relação ao Estado e ao próprio PCB – que, aos poucos, passavam a não mais centralizar as discussões e decisões acerca da oposição ao regime militar.

A intervenção militar nas entidades de esquerda foi imediata. Dias depois do presidente da Câmara Ranieri Mazzilli tomar posse, o Alto Comando Revolucionário do Exército tratou de pôr termo à várias entidades e instituições que colaboravam com o governo de João Goulart e com a euforia por ele permitida. O Iseb foi fechado a partir de um decreto do governo federal e a UNE foi colocada na clandestinidade, tendo sua sede no bairro de Botafogo (RJ) destruída por um incêndio.

De uma certa forma, as transformações políticas e ideológicas sofridas tanto pela UNE quanto pelo Iseb, propiciaram a classificação destas entidades pelos militares como subversivas. Por outro lado, deve-se perceber que o

¹⁶ SEGATTO, José Antonio. *Reforma e revolução: as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. p. 121.

“esquerdismo” não foi um conteúdo exclusivo da militância de ambas, mas de toda uma estratégia política que via nas reformas de base e no trabalhismo de Goulart (inspirados no programa político do PCB) uma resolução única para o quadro heterogêneo das organizações políticas e ideológicas em jogo. E ainda que todos os envolvidos naquele processo estivessem determinados em conferir uma legitimidade política, a chamada “hegemonia de esquerda” que, então, começava a surgir, o fizeram com demasiada crença no Estado e no seu poder de unificar todos os interesses das mais variadas classes no interior de um único programa político – ou como queriam, numa Frente Única. Ou seja, foi atribuído ao Estado uma responsabilidade que ele não poderia mais comportar enquanto organismo de legitimação jurídica: a ideologia. Os argumentos da jurisprudência e da legitimidade a partir do golpe militar de 1964 serão postos cotidianamente como referência gerencial do Estado – o primeiro argumento afirmaria a necessidade da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), formulada pela Escola Superior de Guerra (ESG); e o segundo, a coação às classes populares trataria de endossar as decisões do regime militar em favor da ordem e da democracia formal.¹⁷

Dessa forma, a falta de um instrumental político-jurídico junto ao aparelho de Estado e de uma legitimidade expressa numa vontade popular, capaz de interferir na burocracia instaurada pelo regime a custa de vários atos institucionais e complementares, contribuíram na desintegração daquelas instituições antes devotadas aos projetos de reforma. Destituem-se as legitimidades e também seu espaço de representação política e ideológica; pois, ainda que o Iseb ou a UNE constituíssem fóruns com grande poder de intervenção e de influência político-cultural na sociedade, seu respaldo oficial encontrava-se no Estado.

A desintegração destas instituições, porém, não fez com que os projetos antes discutidos fossem totalmente abandonados ou desencorajados em virtude da repressão. Aos poucos, constata-se a crescente reestruturação dos movimentos de esquerda a partir da criação de novos espaços de articulação das ideologias. Ou seja, ainda que o Estado não apareça como elemento central

17 “A partir do momento em que se completa a identificação do Estado, ou de sua fração hegemônica, com um princípio de ordem estratégica, ao qual, entretanto, foi acrescido um conteúdo de ordem moral, tende a se processar uma superposição de autoridade política e autoridade jurídica, que passam a ser sintetizadas por uma única instituição. Dessa forma, a coexistência entre duas ordens legais, a par do predomínio, por períodos limitados, de uma ordem revolucionária, resultaram na ampliação gradativa do âmbito da justiça revolucionária em prejuízo da justiça ordinária”. KLEIN, Lúcia. Brasil pós-64: a nova ordem legal e a redefinição das bases de legitimidade. In: KLEIN, Lúcia; FIGUEIREDO, Marcus F. *Legitimidade e coação no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978. p. 27. Vale lembrar que, em função da “justiça revolucionária”, os Inquéritos Policiais-Militares (IPMs) foram mantidos durante a vigência do regime militar como instrumentos legítimos de controle da ordem política e social – seja por meio da repressão ideológica, seja por meio da tortura.

na organização do debate sobre os rumos das questões nacionais (identidade, cultura, economia, política, educação, entre outros), continua presente aquela mesma heterogênea composição de esquerda, equacionando novos problemas nas mais diversas formas de intervenção no espaço público.

A partir dessa atmosfera, por exemplo, foi criado o Comando dos Trabalhadores Intelectuais (CTI), momento quando diversos personagens do cenário cultural e artístico vêm-se desmobilizados política e ideologicamente em função dos rumos dos debates e das discussões sobre o papel das esquerdas no processo das reformas, além da pressão dos setores conservadores da sociedade e do Estado. O CTI aglomerava indivíduos das mais diferentes áreas de atuação e as mais variadas matizes ideológicas e procurava representar jurídica e politicamente a classe dos “trabalhadores intelectuais” (entre eles, escritores, cineastas, professores, atores, artistas plásticos, jornalistas, cientistas etc.). Em síntese, naquele momento, o CTI procura dar conta da

necessidade de maior coordenação entre os vários campos em que se desenvolve a luta pela emancipação cultural do País – essencialmente ligada às lutas políticas que marcam o processo brasileiro de emancipação econômica – trabalhadores intelectuais, pertencentes aos vários setores da cultura brasileira.¹⁸

De certa maneira, o CTI pode ser situado como uma entidade localizada entre aquele pecebismo preocupado com a discussão dos problemas nacionais ao mesmo tempo que busca sua emancipação política e ideológica numa *proto-esfera* pública, inicialmente condicionada à legitimidade da figura do próprio intelectual, que busca, agora, uma relativa autonomia capaz de intervir e contribuir de modo crítico ao debate promovido a partir do esquerdismo e, mais tarde, do regime militar.

O CTI era presidido por Ênio Silveira (editor e proprietário da Editora Civilização Brasileira) e a maioria das reuniões eram realizadas na sede da própria editora. Entre os membros-fundadores da entidade encontravam-se Alex Viany, Álvaro Lins, Álvaro Vieira Pinto, Barbosa Lima Sobrinho, Dias Gomes, Édison Carneiro, Ênio Silveira, Jorge Amado, Manuel Cavalcanti Proença, Moacyr Félix, Nelson Werneck Sodré, Oscar Niemeyer e Osny Duarte Pereira, além de outras centenas de nomes que solidarizaram-se com o manifesto de fundação. E na descrição de suas finalidades, o CTI reserva-se em especial a três questões: a)

18 FUNDAÇÃO do CTI. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 26 out. 1963. Primeiro Caderno, p. 7.

congregar trabalhadores intelectuais, na sua mais ampla e autêntica conceituação; b) apoiar as reivindicações específicas de cada setor da cultura brasileira, fortalecendo-as dentro de uma ação geral, efetiva e solidária; c) participar da formação de uma frente única, democrática e nacionalista, com as demais forças populares, arregimentadas na marcha por uma estruturação melhor da sociedade brasileira.¹⁹

Nota-se que a articulação das atividades do CTI envolvia pelo menos três questões centrais e de vital importância na reestruturação do movimento de oposição que se faz a partir de 1964: o intelectual, a cultura brasileira e a democracia. Quanto ao aspecto político da entidade, ela reserva-se, num primeiro momento, no preparo de uma “marcha por uma estruturação melhor da sociedade brasileira”. Não é à toa que mais tarde, por exemplo, Nelson Werneck Sodré contesta em suas memórias a orientação do Comando que ajudou fundar:

entre os grupos da pequena burguesia, creio que o dos intelectuais esteve entre os que reagiram melhor. Estivera engajado, até as vésperas do golpe, na constituição do CTI, com grande entusiasmo e fundadas esperanças de conquistar, finalmente, aquela forma de organização que permitisse, de maneira efetiva, a *defesa de seus interesses profissionais*.²⁰

Para Sodré, embora fossem legítimas as intenções do Comando, ele de fato servia apenas como um espaço de congregação de intelectuais das mais variadas tendências políticas e ideológicas, sem manter entre si um contato voltado para uma ação unitária efetiva ou de intervenção política. Algo semelhante afirmava Dias Gomes, referindo-se que:

no início do CTI ainda havia uma certa mobilidade, ainda se podia fazer alguma coisa. Esse Comando se aliou a parlamentares nacionalistas e a uma ala nacionalista do Exército, o que permitiu uma certa aglutinação. Houve reuniões, algumas decisões importantes, mas não tínhamos nenhum poder decisório. Apenas intenções políticas.²¹

19 FUNDAÇÃO do CTI, op. cit.

20 SODRÉ, Nelson Werneck. *A fúria de Calibã: memórias do golpe de 64*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. p. 72. (sem grifo no original).

21 Apud VIEIRA, op. cit., p. 19.

Essa configuração heterogênea das tendências políticas e ideológicas das esquerdas no momento do golpe militar é um dado importante na consideração da forma de como se constituíram as ideologias e os grupos de intelectuais, além da sua legitimidade e autonomia na esfera da cultura.²² O problema do intelectual, da cultura brasileira e da construção do processo democrático permeou grande parte das intervenções que aos poucos foram constituindo essa esfera de debates fora dos limites dos partidos políticos, assim como fora das estruturas e instituições estatais. Desse modo, a problematização da cultura ou a formulação de um conceito de cultura correspondente a esse contexto de agremiação de tendências políticas e ideológicas, depende da análise dessa mesma heterogeneidade fundante destes grupos. Pois, se a exemplo do CTI – nessa dinâmica híbrida a partir das discussões sobre cultura – que “convoca a união de todos os trabalhadores intelectuais que, estando de acordo com as finalidades do Comando, desejam nele atuar acima de personalismos ou de secundários motivos de dissensão”,²³ outros espaços públicos de debates serão construídos não apenas com a intenção de formar resistência ao regime militar, mas também para fazer da cultura um instrumento legítimo de intervenção política e de transformação social.

A cultura e a legitimidade do intelectual

A medida que o ano de 1964 transcorria e a perseguição a trabalhadores, estudantes, intelectuais, membros da Igreja Católica, além de expurgos a professores, funcionários públicos e mesmo militares tornava-se crescente, uma resistência aos poucos foi sendo construída a partir da imprensa.²⁴ A organização dos intelectuais,

22 Pois, subentender a complexidade conjuntural e pressupor uma heterogeneidade constituinte dos elementos que constroem um determinado contexto histórico ou grupo social, é adotar uma perspectiva mais aberta, que admite as tensões e as contradições como dados relevantes no momento de investigação. Como em Gramsci: “Um determinado momento histórico-social jamais é homogêneo; ao contrário é rico de contradições”. In: GRAMSCI, Antonio. *Literatura e vida nacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 5.

23 FUNDAÇÃO do CTI, op cit., p. 7.

24 Assim, por exemplo, “surgiu a imprensa alternativa da articulação de duas forças igualmente compulsivas: o desejo das esquerdas de protagonizar as transformações institucionais que propunham e a busca, por jornalistas e intelectuais, de espaços alternativos à grande imprensa e à universidade. (...) Assim, apesar de sua natureza essencialmente jornalística, a imprensa alternativa acabou se tornando o principal espaço de reorganização política e ideológica das esquerdas nas condições específicas do autoritarismo. Por isso, o surto alternativo adquire uma importância que extravasa sua aparência como conjunto de jornais ou como criação ideológica-cultural”. KUCINSKY, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Página Aberta, 1991. p. 161.

que vinha se colocando antes mesmo do golpe militar como uma necessidade em delimitar seu espaço de atuação e intervenção legítimas, tornou-se ainda mais urgente quando constatada a ação autoritária do general Castelo Branco através da instauração do Alto Comando Revolucionário. Somente no mês de maio de 1964, por exemplo, o jornal carioca *Correio da Manhã* publicou dezoito textos (entre artigos, matérias, notas e editoriais) enfocando a resistência dos intelectuais à onda repressiva e antidemocrática. Um destes textos tornou-se um símbolo na convocação dos intelectuais e artistas na luta contra o regime naquele ano, motivando uma série de discussões sobre o papel do intelectual na sociedade brasileira. De autoria do escritor Carlos Heitor Cony – que fazia questão de afirmar em sua coluna semanal, “Da arte de falar mal”, um certo desprezo por aquilo que se convencionou chamar de esquerda festiva –, o artigo “A hora dos intelectuais”, reivindica uma posição daqueles que, segundo ele, seriam unicamente capazes em dar uma resposta aos acontecimentos:

Acredito que é chegada a hora de os intelectuais tomarem posição em face do regime opressor que se instalou no País. Digo isso como um alerta e um estímulo aos que têm sobre os ombros a responsabilidade de serem a *consciência da sociedade*. E se, diante de tanto crimes contra a pessoa humana e contra a cultura, os intelectuais brasileiros não moverem um dedo, estarão simplesmente abdicando de sua responsabilidade, estarão traindo o seu papel social e estarão dando uma demonstração internacional de mediocridade moral. (...) Estão sendo presos ou perseguidos, sacerdotes, professores, estudantes, jornalistas, artistas, economistas – todos os escalões da vida nacional. Os cárceres continuam cheios, e, sem falar nas abomináveis cassações de mandatos, novas prisões são feitas, todos os dias. No campo estritamente cultural implantou-se o Terror. Reitores são substituídos por ordem de militares. Professores são destituídos de suas cátedras e presos. O pânico se generalizou por todas as classes e por todas as cidades. A qualquer hora pode bater um policial à sua porta e levá-lo – sabem Deus e a Polícia para onde. Os intelectuais brasileiros precisam, urgente e inadiavelmente, mostrar um pouco mais de coragem e de vergonha. Se os intelectuais não se dispuserem a lutar agora, talvez muito em breve não tenham mais o que defender.²⁵

25 CONY, Carlos Heitor. A hora dos intelectuais. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 23 maio 1964. Segundo Caderno, p. 1.

A intervenção de Cony é bastante representativa do ponto de vista da posição que a “consciência da sociedade”, aos poucos, vai tomando frente aos acontecimentos relacionados à repressão patrocinada pelo governo militar. Constata-se que, se antes a figura do intelectual estava necessariamente ancorada aos projetos políticos e ideológicos do Estado (seja na forma da aliança como no *status* do funcionário público), ou no interior da *intelligentsia* dos partidos políticos formalmente constituídos, ela agora aparece como um elemento dotado de certa autonomia de produção e até de liberdade de intervenção na república. Ou seja, na medida em que se dá a desagregação das entidades formais da esquerda nacionalista ou de oposição ao governo de Castelo Branco há, por outro lado, o fortalecimento de grupos de esquerda que têm como base uma formação complexa, heterogênea e pluralista.

Este tipo de configuração dos grupos de intelectuais, principalmente em torno da questão da cultura, de certo modo, advinha também daquela reorganização das esquerdas frente ao esquerdismo de Goulart (como foi o caso do CTI) e à derrota do golpe de abril. Ou seja, a gradual constituição dessa postura no interior dos grupos que pretendiam resguardar um certo grau de pluralidade de seus integrantes, partiu, sobretudo, do reconhecimento das contradições políticas e culturais presentes neste contexto.²⁶ Dessa forma, ainda que a maioria das análises sobre a relação ente política e cultura no regime militar se concentrem a partir dos desdobramentos ocorridos em função do golpe militar, os anos que o antecederam são também significativos no estudo da origem dessa relação.²⁷ Pois, a consideração do embate ideológico no interior

26 Ou seja, trata-se daquele momento em que as esquerdas vinculadas ao ideário nacionalista e reformista – programaticamente orientado pelas teses do marxismo-leninismo, assim como pelo imaginário pecebista acerca da revolução brasileira, além das concepções isebianas de desenvolvimento – sofreram transformações significativas em suas articulações políticas e ideológicas, permitindo uma compreensão mais ampla dos problemas nacionais, além de inserirem-se no próprio debate sobre a internacionalização do marxismo; processo que Leandro Konder descreveu como um “descongelamento no qual se encontrava o marxismo no Brasil” In: KONDER, Leandro. *Marxismo alienação. Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 280-286, maio 1965.

27 Em geral, isso ocorre em virtude da bibliografia consolidada que analisa o período e determina tal recorte temporal como um modelo “didático” de apresentação e síntese das questões mais decisivas nas esferas da política e da cultura naquele momento. Mas há de se notar que tais referências – embora importantes – não devem ser confundidas (ou interpretadas) pelo conjunto de problemas, contradições e tensões daquele contexto. Pois, antes, tratam-se de possibilidades de análise historicamente datadas e não compartilham de um mesmo instrumental reflexivo. Entre os estudos mais representativos, destaca-se MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Ática, 1980 (que perfaz o período pré-golpe – 1957-1964 – e pós-golpe (1965-1969); SCHWARZ, Roberto. *Cultura e política: 1964-1969*. In: *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978; PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990 (investiga a período a partir do recorte que vai de 1964 até 1968); CHAÚÍ, Marilena. *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro: Cedec; Paz e Terra, 1978; GALVÃO, Walnice Nogueira. *As falas, os silêncios: literatura e imediações: (1964-1988)*. In: SCHWARTZ, Jorge; SOSNOWSKI, Saul (Orgs.). *Brasil: o trânsito da memória*. São Paulo: Edusp, 1994; WEFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

dos grupos de esquerda é, no mais, uma tentativa de compreender como a organização desses grupos se deu em função da reestruturação de suas ideologias. Em outras palavras: compreender o quadro de contradições políticas e ideológicas existentes no pré-64 é atender à heterogeneidade das formações culturais, políticas e ideológicas constituídas a partir do golpe. Além disso, como já ficou evidenciado em outras pesquisas, o pré-64 é também um momento em que inúmeras questões acerca das possibilidades de uma revolução nos padrões do socialismo estava sendo preparada e discutida, conforme o ideário nacional e popular. O debate desses primeiros anos da década de 60 formula-se a partir de uma batalha das idéias, antes do país sofrer a fase de repressão militar.²⁸

Esse período, quase sempre analisado através da emergência das relações populistas entre o Estado e as classes populares, inaugurou um processo de intensas mudanças estruturais nas esferas da política e da cultura, ocasionando a reestruturação das atividades políticas e ideológicas dos grupos de esquerda. Caracterizado como um momento de “respiro”, esse momento propiciou o contato das esquerdas com as discussões em pauta numa conjuntura internacional; como foi dito, a discussão sobre o marxismo internacionalizava-se depois das denúncias de Krushev sobre a ditadura stalinista, e influenciava toda uma geração de intelectuais e artistas. Carlos Nelson Coutinho, por exemplo, afirma que:

o início dos anos 60 é um período de muito florescimento cultural. É o período, por exemplo, onde o editor Ênio Silveira efetivamente transforma a Civilização Brasileira numa editora a serviço de uma cultura progressista. É o período dos *Cadernos do Povo*, do *Violão de Rua*. E é também o período do início da publicação no Brasil de alguns autores marxistas críticos. Porque, durante muito tempo, a cultura marxista no Brasil estava sob controle do PCB, através de seus manuais.²⁹

28 Miliandre Garcia de Souza investiga essas contradições presentes na atividade da intelectualidade engajada no início da década de 1960, além do seu caráter pedagógico em relação aos temas sociais. A autora, ao discutir as formulações teóricas dos intelectuais e artistas vinculados ao CPC da UNE, remonta – por meio da produção artística e intelectual do músico e compositor Carlos Lyra – uma trajetória dos problemas políticos e culturais do período de 1959 a 1964 e as tensões e contradições entre inúmeros discursos oriundos de um mesmo espaço de discussão e de idéias. In: SOUZA, Miliandre Garcia de. *Do Arena ao CPC: debates em torno da arte engajada no Brasil (1959-1964)*. Curitiba, 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Paraná.

29 COUTINHO, Carlos Nelson. *Entrevista concedida a Marcelo Siqueira Ridenti*. Rio de Janeiro, 24 jan. 1996.

Por isso, é de suma importância a consideração desse contexto, analisando, pois, o sentido das controvérsias em torno na crise do socialismo e da própria natureza do marxismo no Brasil – que era objeto de análise destes que, aos poucos, reconstruíam, por sua vez, os quadros de oposição pós-golpe militar. Há uma reformulação das atividades das esquerdas no país (a partir do PCB e do ideário pecebista) que deixa de pensar o Estado único e exclusivamente como centro das transformações históricas e da própria revolução brasileira. Momento em que a política deixou de ser o centro para onde convergiam os debates e quando a cultura assumiu uma importância fundamental na proposição dos novos rumos ideológicos da esquerda brasileira.

Nota-se que, até então, a política destacava-se no debate por haver sido o núcleo tradicional em torno do qual gravitavam os intelectuais de esquerda, e pelo fato da própria cultura não ser discutida como um problema político entre os autores marxistas. A partir daí, o estruturalismo, o existencialismo, as revisões economicistas do marxismo e mesmo a difusão em território nacional das obras dos chamados marxistas da cultura (Marcuse, Adorno, Benjamin, Gramsci, entre outros) começaram a propor uma leitura crítica sobre os eventos em processo, permitindo o deslocamento paulatino das discussões da esfera política para a esfera da cultura. É essa mudança de foco que possibilita uma nova consciência em torno daquilo que representa o esforço do chamado marxismo ocidental, para o qual os valores culturais indistintamente serão reconhecidos também como valores políticos. É, pois, quando a cultura torna-se um espaço político legítimo de intervenção do seu principal protagonista: o intelectual.

Este espaço, distante da tutela do Estado e das intervenções ideológicas dos partidos políticos, surgiu como resultado iminente das transformações e, além disso, procurava se colocar entre o Estado e a burguesia, não como uma instância intermediária entre os dois pólos em disputa pelo poder, mas como uma esfera pública na qual as relações entre ambos poderiam, ser reconstruídas. Espaço fundante de um determinado tipo de relação político-ideológica e legítima de exercício da reflexão democrática e pluralista que permitiu a inclusão dos mais variados projetos de reconstrução democrática, sempre guiados por esse mesmo pluralismo. Dentro dessa perspectiva, a fundamentação de uma esfera de debates de tal natureza pressupunha justamente a parcela *não organizada* do público, das massas, das pequenas associações, dos artistas, dos jornalistas, entre outros.³⁰

30 Segundo o sociólogo Dieter Prokop, “estas formas de esfera pública não têm uma velha tradição. Surgiram sempre em períodos de transformação revolucionária”. In: PROKOP, Dieter. *A esfera pública. Sociologia*. São Paulo: Ática, 1986. p. 105.

É nesse período que muitas revistas, jornais e publicações alternativas surgem como estruturas elementares dessa esfera pública, entre eles a *Folha da Semana* (dirigida por Arthur Poerner), o *Reunião* (editado por Ênio Silveira e dirigido por Paulo Francis), o *Pif-Paf* (dirigido por Millôr Fernandes), os *Cadernos do Povo Brasileiro* (dirigidos por Moacyr Felix), a *Revista Brasiliense* (dirigida por Caio Prado Júnior e Elias Chaves Neto), a revista *Tempo Brasileiro* (dirigida por Eduardo Portella), *Cadernos Brasileiros* (dirigido por Afrânio Coutinho), a revista *Paz e Terra* (editada por Ênio Silveira e dirigida por Moacyr Felix), a revista *Dados* (dirigida por Cândido Mendes), a *Revista Política Externa Independente* (editada por Ênio Silveira), além da mais importante entre muitas outras publicações, a *Revista Civilização Brasileira*.

Cultura e política na Revista Civilização Brasileira

A *Revista Civilização Brasileira (RCB)* foi um marco histórico na produção intelectual da esquerda brasileira presente nos primeiros anos do governo militar. Esta revista constituiu-se num espaço privilegiado de debates e discussões de idéias que, entre os anos de 1965 e 1968, firmou-se como um *espaço público* que propiciou a discussão de inúmeros projetos em torno da cultura brasileira. Esse caráter público adquirido pela *RCB* deve-se ao fato que, embora tendo uma origem de esquerda (seu fundador, Ênio Silveira, era membro do Partido Comunista Brasileiro – PCB), ela permitiu a abertura e a pluralidade de idéias – elementos ainda em processo de formação à medida em que a revista constituía seu grupo de colaboradores.

E é nessa conjuntura que a revista dedica grande parte de suas páginas (de um a dois terços) às questões da cultura e das produções artísticas. O enfoque voltado sobre esses assuntos levou a *RCB* a um debate bastante produtivo sobre os processos culturais e artísticos no Brasil, sobretudo a partir do cinema, literatura, teatro, música e artes plásticas. Mas o debate inaugurado pela revista não se resumiu à produção acadêmica ou às intenções do seu grupo de colaboradores, mas procurou estender-se às contradições da produção intelectual brasileira e sobre suas implicações sociais, justamente num período conturbado da história do país e num momento peculiar da reorganização da esquerda nacional. A *RCB* conseguiu, em certo grau, organizar inúmeras discussões que já estavam sendo colocadas ainda pelo contingente oriundo do PCB mesmo antes do golpe militar, e o fez, sobretudo, a partir de um pressuposto essencial que serviu de imperativo aos intelectuais naquele

momento: “trabalhar, acima dos sectarismos políticos e personalismos, pelo avanço democrático, então suspenso pelo golpe de Estado de 1964”.³¹

A *RCB*, dessa forma, permitiu a continuidade das discussões que vinham sendo travadas entre os intelectuais desde o início do anos 60, com uma tarefa a mais: “superar também as forças que se opunham ao desenvolvimento do país, numa linha democrática e independente”,³² e a partir da nova configuração ideológica dos grupos de esquerda a partir do golpe militar de 1964. Ou seja, a *RCB* não representa, necessariamente, uma ruptura com o ideário pecebista ou com as questões formuladas no interior do PCB, muito embora toda a atividade da esquerda militante do partido tenha sido reconsiderada nos debates fomentados nas páginas da revista sem ser, necessariamente, um órgão editorial político-partidário.³³ É também o espaço que permitiu a “publicidade” da esquerda (como oposição) nos primeiros anos da ditadura militar e, ao mesmo tempo, buscou a reformulação da sua identidade social a partir da tensão vivida entre a questões nacionais e conjuntura internacional. Logo, cabe também entender

como essa discussão no *espaço público* das publicações de Ênio Silveira repercutiu nos grupos de esquerda e centro-esquerda, em particular o PCB, possivelmente dando elementos valiosos a algumas áreas suas para sobreviver às tempestades daqueles anos difíceis³⁴.

Assim, os anos de 1965 a 1968 firmam-se como um período extremamente fecundo para analisar o processo de formação do quadro heterogêneo das ideologias dos grupos de esquerda e que, em parte, estão presentes nos 22 números da *RCB*,³⁵ e que confirmam a sua importância no contexto sócio-político e cultural desse período. Inclusive a análise dessa transformação e, sobretudo, da

31 PRINCÍPIOS e propósitos. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, a. 1, n. 1, p. 3-4, abr. 1965.

32 Id.

33 Com relação a isso, o próprio Ênio Silveira dizia: “repetindo o que disse desde sempre, e faço muita questão de enfatizar, a editora era uma editora com uma linha de esquerda, não exclusivamente, ortodoxamente de esquerda, mas sobretudo e ortodoxamente numa linha não partidária. Porque eu não queria de maneira nenhuma ser submetido a limitações e restrições partidárias que me poderiam tolher todo o desejo de contribuir para o arejamento dos espíritos no Brasil”. In: SILVEIRA, Ênio. *Editando o editor*. São Paulo: Edusp; Com-Arte, 1992. p. 62 (entrevista organizada por Marta Assis de Almeida, Magali Oliveira Fernandes, Mirian Senra e Jerusa Pires Ferreira).

34 SANTOS, Raimundo. *Caio Prado Júnior na cultura política brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001. p. 264.

35 n. 1 (abril, 1965); n. 2 (maio, 1965); n. 3 (julho, 1965); n. 4 (setembro, 1965); n. 5 (novembro, 1965); n. 6 (março, 1966); n. 7 (maio, 1966); n. 8 (julho, 1966); n. 9-10 (setembro/novembro, 1966); n. 11-12 (dezembro, 1966/março, 1967); n. 13 (maio, 1967); n. 14 (julho, 1967); n. 15 (setembro, 1967); n. 16 (novembro/dezembro, 1967); n. 17 (janeiro/fevereiro, 1968); n. 18 (março/abril, 1968); n. 19-20 (maio/agosto, 1968) e n. 21-22 (setembro/dezembro, 1968). Além dos números especiais: n. 1 (outubro, 1967); n. 2 (julho, 1968) e n. 3 (setembro, 1968).

formação de uma esfera na qual se constituíram essas ideologias, depende não somente do reconhecimento da estrutura assumida pelo Estado militar e da sua política de repressão, mas também do conjunto de medidas adotadas por esse contingente de artistas e intelectuais que visa restabelecer as vias do processo democrático e que, em consequência, fundamenta os pressupostos éticos, morais, políticos e sociais de suas produções. Assim, para os grupos de esquerda, a defesa do Estado democrático é proporcionalmente equivalente à defesa do espaço instituído por esse contingente ao longo de sua atividade de reflexão.

Entretanto, a consideração de um espaço instituído a partir da *RCB* deve levar em conta ainda dois pressupostos que costumeiramente fundamentam as análises sobre o período e os problemas em questão: trata-se da “autonomia intelectual” e da “hegemonia cultural da esquerda”.³⁶ Ora, a afirmação de um grau de autonomia do chamado “campo intelectual” não é suficiente para afirmar a importância e a necessidade desse espaço; sequer é a forma mais adequada para discutir o processo de transformação operado no interior dos grupos de esquerda naquele período.

É certo que estes grupos, em meio àquelas transformações, procuraram escapar às determinações programáticas da esquerda vinculadas, por exemplo, ao PCB – até por descrédito à sigla que constituía um projeto para o Brasil, mas fracassado com o golpe militar de 1964. Por outro lado, o reconhecimento dessa nova conjuntura histórico-social por parte do contingente intelectual (vinculado ao PCB ou não), não nos permite imediatamente aceitar a noção de autonomia da produção intelectual como única e exclusiva forma de caracterização do espaço de reflexão. Mesmo porque a tarefa desse contingente agora não está ancorada somente numa estratégia que visa instaurar os programas elaborados pelo partido, mas sim num projeto maior e mais amplo, que é a sua própria recolocação e rerepresentação nos quadros sociais, lutando por essa garantia. Logo, o conceito de autonomia não deve ser necessariamente oposto às formas de produção de idéias no espaço público, mas ambas devem se complementar.

Quanto ao conceito de “hegemonia cultural da esquerda”,³⁷ cabe também uma consideração: pode-se sustentar uma idéia de hegemonia cultural, mas com a ressalva de que a mesma foi fundamentada não pela suposta autonomia dessa intelectualidade e de sua auto-suficiência reflexiva, mas pelo

36 Tomadas como pressuposto, sobretudo, em dois estudos: SCHWARZ, op. cit.; PÉCAUT, op. cit.

37 Segundo Carlos Nelson Coutinho, os textos de Gramsci traduzidos e lidos nos anos 60 estavam apenas discutindo questões estéticas e de crítica literária, sem abordar o conceito de hegemonia e contra-hegemonia. Isso ocorre, segundo Coutinho, em meados da década de 70, quando há uma retomada do conjunto da obra filosófica de Gramsci. Logo, a noção de hegemonia atribuída ao grupo de colaboradores da *RCB* se deve mais a uma leitura posterior que propriamente uma consciência de hegemonia por parte daqueles intelectuais. In: COUTINHO, Carlos Nelson. *Entrevista concedida a Marcelo Siqueira Ridenti*. Rio de Janeiro, 24 jan. 1996.

caráter público desse novo espaço e pela amplitude de seu alcance, pois, conforme Moacyr Felix, a *RCB* chegou a imprimir 20 mil números de um só exemplar.³⁸ Vale lembrar que o conceito de hegemonia foi amplamente discutido na década de 70, dentro dos limites teóricos e formais da cultura daquela década, ou seja, a hegemonia se deu em virtude da supervalorização da atividade intelectual dessa esquerda que conseguiu se impor, apesar de todos os obstáculos colocados pela censura do regime militar. A questão, então, se coloca: a hegemonia da esquerda se constrói pelo reconhecimento efetivo da sua importância cultural junto às camadas receptoras (leitores e comentadores) ou se deve ao fato da sua ampliação e participação no mercado de bens culturais ainda incipiente no Brasil na década de 60? Ora, o governo militar dispunha de órgãos oficiais que patrulhavam as atividades da esquerda; por outro lado, a sua condescendência para com o avanço do consumo e de um comércio livre, permitia o desenvolvimento de um mercado de bens culturais através do qual idéias, inclusive, contrárias ao regime eram emitidas sem restrições.

Conclui-se que essas questões determinantes tanto no contexto da cultura como no da formação dos grupos de intelectuais, não devem partir de conceitos fechados de “autonomia” e “hegemonia”, mas como estes podem ser compreendidos em função daquilo que a *RCB* representava para seus colaboradores e leitores, assim como para o mercado editorial. Logo, qualificar esta revista sob a perspectiva do produtor (intelectuais) e do receptor (leitores) é, por outro lado, considerar a ampliação do mercado de bens culturais, através do qual a hegemonia cultural é construída não somente pela afirmação dessa esquerda, mas pelo consumo ou demanda das idéias da esquerda que também fortalece esse espaço público.³⁹

Assim pode ser compreendida, por exemplo, a passagem do texto de Daniel Pécaut que afirma, “depois de politicamente vencida, a esquerda iria

38 “A revista da Civilização foi o maior sucesso possível. O Ênio tirava 20 mil exemplares, vendia todos. Tanto que Sartre conversando com Ênio, estranhou muitíssimo, porque ele tirava 3 mil exemplares de sua *Les Temps Modernes*. Ele disse: *meu Deus, uma revista de intelectuais, de ensaios!*”. In: RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da Tv*. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 132.

39 Marcos Napolitano aponta um dado correlato a respeito desse binômio mercado/idéias quando é problematizada a assimilação da “música de protesto” pelos festivais da canção, realizados a partir de 1966: “as percepções dos artistas e intelectuais ligados à MPB, em meados de 1966, apontavam para um novo impasse e (...) obrigou-os a debater as contradições da música como produto industrial e cultural a um só tempo, características da sociedade de consumo. A configuração desse impasse só viria mais tarde, com a febre televisiva dos festivais, que coincidiram com o acirramento dos impasses político-institucionais do regime militar e das estratégias políticas da esquerda” In: NAPOLITANO, Marcos. *Seguindo a canção: engajamento político e indústria cultural na MPB (1959-1969)*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2001. p. 97.

impor-se com triunfo na cultura”.⁴⁰ Ora, considerar essa passagem da política para cultura é supor uma dupla necessidade decorrente das transformações pelas quais passavam as esquerdas: a revisão de suas posições frente às transformações que então se processavam na política e na cultura e, ao mesmo tempo, a fundamentação de um espaço próprio para discutir essas transformações e no qual atuaram hegemonicamente.

40 PÉCAUT, op. cit., p. 202.